



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

Apelação Cível nº 19962-4 – Recife/PE
 Apelantes: SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Destilaria Liberdade S/A
 Apelados: Os mesmos
 RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
 SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. SENAI. CONTRIBUIÇÃO. INDÚSTRIA QUÍMICA. OBRIGAÇÃO. JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E MULTA. INCIDÊNCIA.

A indústria química, fabricante de álcool, não se enquadra como indústria da cana-de-açúcar, e por isso, está obrigada a contribuir para o SENAI.

A contribuição para o SENAI tem natureza previdenciária e sofre a incidência de juros moratórios, correção monetária, e multa pelo inadimplemento da obrigação.

DECISÃO: "POR UNANIMIDADE DE VOTOS, FOI DADO PROVIMENTO AO APELO DO SENAI E NEGADO PROVIMENTO AO APELO DA DESTILARIA LIBERDADE".

DATA DO JULGAMENTO: 10/12/2009.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 19962-4 – Recife/PE, tendo como Apelantes o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e a Destilaria Liberdade S/A e Apelados OS MESMOS, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, dar provimento ao apelo do SENAI negar provimento ao apelo da Destilaria Liberdade, tudo de acordo com o voto da Turma.

Recife, 23 de dezembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo
 Adalberto de Oliveira Melo
 Desembargador Relator.



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0019962-4 – RECIFE /PE
APELANTES: SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL –
DEPARTAMENTO NACIONAL E OUTRO
ADVOGADOS: ELIZABETH HOMSI e OUTROS
APELADOS: OS MESMOS
ADVOGADOS: ALEXANDRE TADEU RABELO DE LEMOS e OUTROS
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

SENAI – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO NACIONAL, qualificado nos autos, promoveu através de advogado legalmente habilitado, a presente Ação Ordinária de Cobrança contra a empresa LIBERDADE AGRO INDÚSTRIA S/A – LAISA, também qualificada nos autos, alegando os fatos e fundamentos jurídicos de fls. 02/04, resumidamente nos seguintes termos:

Que a empresa ré, por exercer atividade prevista no art. 2º da lei 6.246/44, é contribuinte do SENAI, devendo recolher a contribuição adicional, sempre que em seus quadros contar com mais de quinhentos (500) empregados, por força do que dispõe o art.6º, do Decreto-Lei nº 4.048/42.

Ocorre que a ré não cumpriu a sua obrigação legal, ensejando assim a notificação de débito nº 0761, em 27.06.91, referente ao período de apuração de março/87 à abril/91, cujo montante importa em Cr\$ 15.726.654,80, atualizado até 23.04.92.

Ao final, requereu a citação da ré para contestar, querendo, sob pena de revelia, sendo julgada procedente a presente ação para condenar a ré ao pagamento da importância de Cr\$ 15.726.654,80, acrescido das demais cominações legais, e mais as custas processuais e honorários advocatícios.

Protestou por todos os meios de provas admitidas em direito, juntou os documentos de fls. 05/13 e deu à causa o valor de Cr\$ 15.726.654,80.

Citada, a ré ofereceu contestação através da petição de fls. 19/22, resumidamente nos seguintes termos:

Discorda integralmente das argumentações do autor, sob a alegação de ser ilegal a cobrança, já que nada deve.

Argumentando sua tese, acredita estar sendo cobrada, em razão de ter, inadvertidamente, solicitado um parcelamento do débito e após informado pelo seu departamento jurídico de que a cobrança era indevida, suspendeu o parcelamento e

TJPE
FLS.
157^{ra}

208

comunicou ao SENAI o seu lapso e a sua intenção de não liquidar o indevidamente apurado.

Segundo a ré, com a criação do SERVIÇO SOCIAL RURAL, através da Lei nº 2.613, de 23.09.55, as indústrias enumeradas no art. 6º, estariam obrigadas a recolher para aquele serviço, inicialmente o percentual de 3% sobre a folha paga aos seus empregados, enquadrando-se, dentre as indústrias, as decorrentes da atividade açucareira, posteriormente englobando toda a atividade canavieira, passando então, a partir daí, a contribuir para o INCRA, nos moldes do Decreto-Lei nº 1.146/70, que consolidou os dispositivos sobre as contribuições criadas pela lei 2.613.

Desse modo, alega a ré, em sendo empresa que explora o ramo de produtos derivados da cana-de-açúcar, não está sujeita aos recolhimentos de que trata a cobrança.

Finalizou requerendo a improcedência da presente ação e a condenação do autor nas custas processuais e nos honorários advocatícios. Juntou os documentos de fls. 23/39.

O Autor não apresentou réplica, apesar de intimado. Houve despacho saneador e designada audiência de instrução e julgamento. Presentes as partes, a audiência foi aberta e dispensado seus depoimentos pessoais. Durante a instrução, foi inquirida apenas uma testemunha, do autor. As partes, representadas por seus advogados, apresentaram suas razões orais, sustentando suas teses. Por não se achar habilitado a proferir o julgamento em audiência, vieram-se os autos conclusos para decisão.

Acresço que o douto Juiz "a quo" julgou procedente a ação, condenando a ré ao pagamento do débito acrescido de correção monetária, porém, sem a incidência dos juros e de multa, além da condenação nas custas e honorários advocatícios.

Inconformada a empresa demandada interpõe recurso de apelação, através das razões de fls. 100/106, pedindo a reforma da sentença, por entender que não é obrigada a contribuir para o SENAI.

Por sua vez o SENAI, também inconformado, oferece recurso de apelação, a fim de que seja reconhecida a incidência dos juros e da multa no débito da demandada.

As contra-razões foram apresentadas às fls. 108/110 pela demandada, não havendo contra-razões do demandante.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 15 de maio de 2006.

Adalberto de Oliveira Melo

DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
RELATOR

174
210

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0019962-4 - RECIFE / PE
APELANTE: SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL -
DEPARTAMENTO NACIONAL
ADVOGADOS: ELIZABETH HOMSI e OUTROS
APELADOS: DESTILARIA LIBERDADE S/A -- ATUAL DENOMINAÇÃO DE
LIBERDADE AGRO INDUSTRIAL S/A - LAISA e OUTRO
ADVOGADOS: ALEXANDRE TADEU RABELO DE LEMOS e OUTROS
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

V O T O

A discussão central da questão é se a empresa demandada tem ou não obrigação de contribuir para o SENAI ou se está obrigada a contribuir para o INCRA.

Entendo que a sentença é irreparável, cujo trecho adoto como fundamentos do meu voto.

"Ao que pude concluir, toda a controvérsia gira em torno da atividade desenvolvida pela ré, já que por ela se conhecerá o grupo de contribuição a que pertence a empresa, conforme disciplina o § 2º, do art. 4º, do Decreto nº 57.902, de 02.03.66. A mim, como julgador, cabe apenas identificar a atividade empresarial da ré, ficando o grupo de contribuição, para a legislação que regula o enquadramento das empresas nos códigos FPAS (Fundo de Previdência e Assistência Social), como disciplinadora que é da questão.

De uma coisa tenho certeza, a contribuição mensal, devida pelos estabelecimentos industriais das modalidades de indústrias enquadradas na Confederação Nacional da Indústria, destinada a montagem e custeio de escolas de aprendizagem, e o acréscimo de vinte por cento do valor da contribuição, quando o estabelecimento contar com mais de quinhentos operários, estão previstos em Lei, precisamente nos arts. 4º e 6º, do Decreto-Lei nº 4.048, de 22.01.42.

Tomando em análise a atividade empresarial da ré, reconheço razão ao despacho saneador, quando, para maior segurança da decisão, buscou na produção de provas em audiência, o reforço necessário para melhor avaliar a questão. Nesse ponto, embora a instrução tenha se limitado apenas a uma única testemunha, do autor, entendo ter ela atendido o objetivo para o qual se destinou.

É que, a testemunha Josefa Maria da Silva Panão, sem temor e sob compromisso e advertida das penalidades da lei, prestou um depoimento seguro e sem contradições. Muito embora exercendo a função de Fiscal da Arrecadação da autora, demonstrou respeito à Justiça e responsabilidade para com a posição que ali se encontrava, e nesse momento, o Magistrado deve avaliar o comportamento da testemunha e levar consigo.

para a decisão. (Deixo aqui registrada a aguçada visão e inteligência do legislador, em vincular o julgamento do processo ao juiz instrutor).

E, pelo que pude colher desse depoimento, a ré exerceu durante o período das contribuições cobradas, a atividade industrial de produção de álcool, proveniente da cana-de-açúcar. Segundo a testemunha, a ré não produzia o açúcar, mas sim o álcool, sendo integrante do código 507, e portanto, contribuinte do SENAI.

Apenas para elucidar o declarado pela testemunha, transcrevo um trecho do depoimento: "...Que conhece a empresa ré como exploradora da fabricação de álcool, proveniente da cana-de-açúcar; Que a empresa ré não produz o açúcar; Que todas as empresas que exploram o álcool são contribuintes do SENAI".

A ré, em sua contestação, negou a qualidade de contribuinte do SENAI, por força do Decreto-Lei nº 1.146, de 31.12.70, que a integrou como contribuinte do INCRA, sob o argumento de pertencer ao grupo das indústrias de cana-de-açúcar.

A esse respeito, é importante deixar claro que a cana-de-açúcar, como matéria-prima, é susceptível de ser transformada em diversos produtos, entre eles, o açúcar, propriamente dito, e o álcool. O GRPS (manual de preenchimento), ao que observo, faz distinção entre fabricação de álcool e destilação (fabricação do álcool carburante), estando aquela integrada no grupo das Indústrias de Produtos Alimentícios, vinculadas ao INCRA, e esta, no grupo das Indústrias Químicas e Farmacêuticas, vinculadas ao SENAI.

Voltando ao depoimento prestado pela testemunha, vejo que ficou registrada a condição de destilaria da ré, por explorar o álcool, não sendo tal fato contestado. Disse a testemunha:

"...Que a empresa ré é uma Destilaria autônoma, produtora de álcool; Que não está agregada a nenhuma Usina de Açúcar e Alcool..."

E, como que ratificando a questão, temos explícito na Assembléia Geral Extraordinária, às fls. 30 dos autos, que um dos objetivos da empresa seria a fabricação e comercialização de álcool anidro e hidratado para fins CARBURANTES e/ou industriais (destaque meu).

Ora, a fabricação de álcool carburante, segundo o GRPS, é de responsabilidade das Industriais Químicas e Farmacêuticas, vinculadas ao SENAI.

Ainda, em confirmação ao fato de ser a ré contribuinte do SENAI, temos que a testemunha, em razão de conhecer o fato por força de sua função, alegou que outras empresas exploradoras do álcool, mesmo ramo da ré, são contribuintes do SENAI.

Além do mais, não se pode deixar passar despercebido, o fato de que a presente ação objetiva a cobrança do adicional de vinte por cento, em razão de contar a ré, em determinado período, com mais de quinhentos operários, implicando, logicamente, já ter pago a contribuição mensal normal ao SENAI, como contribuinte dele que é.

Uma vez identificada a atividade econômica da ré e a sua condição de contribuinte do SENAI, só me resta acolher integralmente o pedido inicial, já que não houve qualquer impugnação ao número de operários que trabalharam nos períodos referidos na notificação de fls. 08/11, nem quanto ao valor originário do débito".

Resta portanto, indubitado, e disto estou convencido, que a empresa demandada, por não ser indústria da cana-de-açúcar, está obrigada a contribuir com o SENAI.

Em relação ao apelo do SENAI, creio assistir razão ao mesmo, pois a incidência de juros moratórios, correção monetária e multa pelo inadimplemento da obrigação, são devidos e estão respaldados em lei, por ser a contribuição de natureza previdenciária, conforme esclarece o Decreto-Lei nº 6.246 de 05.02.44.

Com estes fundamentos, meu voto é no sentido de negar provimento ao apelo da empresa demandada, LIBERDADE AGRO INDUSTRIAL S/A - LAISA, e dar provimento ao apelo do demandante SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, a fim de que, no cálculo do débito

176

212

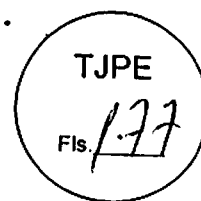
apurado, incidam juros de mora e a multa legal, mantidos quanto ao mais, os demais termos da sentença,
É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator

W/ap.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



213

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 19962-4 - 11ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES
APELANTES: SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL -
DEPARTAMENTO NACIONAL e DESTILARIA LIBERDADE S.A. -
atual denominação de LIBERDADE AGRO-INDUSTRIAL S.A. -
LAISA
APELADOS: OS MESMOS

V O T O D E R E V I S Ã O

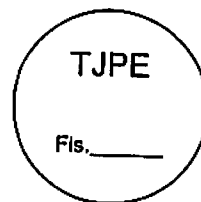
Cuida-se de dois recursos de Apelação interpostos contra sentença (fls. 83/90) que julgou procedente o pedido da Ação Ordinária de Cobrança, "...para, nos termos do art. 6º do DL nº 4.048, de 22.01.42, art. 3º do DL nº 4.936, de 07.11.42, e art. 10 do Decreto nº 60.466, de 14.03.67, reconhecer à ré, LIBERDADE AGRO INDUSTRIAL S.A. - LAISA, a condição de contribuinte do SENAI, e, como consequência, CONDENÁ-LA, como condenado tenho, a pagar ao autor, a importância de Cr\$2.092.795,33 (dois milhões, noventa e dois mil setecentos e noventa e cinco cruzeiros e trinta e três centavos), corrigidos monetariamente, sem incidência de juros e multa, bem como, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 20% sobre o total do débito apurado."

A lide versa sobre a incidência da Contribuição Adicional, prevista no art. 6º, do Decreto-lei nº 4.048/42, sobre DESTILARIA LIBERDADE S.A., considerada pelo autor da inicial contribuinte compulsória do SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO NACIONAL, haja vista exercer atividade prevista no art. 2º, da Lei nº 6.246/44.

18m



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



214

Nas razões do primeiro recurso (fls. 93/96), o SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO NACIONAL insurge-se contra a exclusão dos juros de mora e de multa do valor da condenação. Alega ter o julgador interpretado erroneamente a Ordem de Serviço nº 73/93 do INSS, referente ao item 4.3.2, com relação a débitos anteriores à competência 12/91 (fls. 94), além do que a DESTILARIA LIBERDADE S.A. não teria contestado os acréscimos legais na ocasião de sua defesa. Pugna, ao final, pela reforma da sentença no tocante à incidência dos juros moratórios e da multa cobrados na Notificação de Débito nº 761, referente ao período de março/1987 a abril/1991.

As razões da segunda Apelação (fls. 100/106), a DESTILARIA LIBERDADE S.A. noticia não se identificar como indústria química contribuinte do SENAI, a partir das alterações aduzidas à Lei nº 6.246/44 e ao Decreto-lei nº 4.048/42. Afirma merecer reforma a sentença por ter o Magistrado se baseado num único depoimento - da fiscal responsável por sua autuação - para enquadrar a Apelante como indústria do tipo referido, e em legislação não mais vigente. Requer o provimento do apelo a fim de que seja reformada a decisão.

DESTILARIA LIBERDADE S.A. apresentou contrarrazões (fls. 109/110), afirmando ter a sentença sido fundamentada em dispositivos legais revogados. Noticia o fato de recolher os encargos perante a previdência social rural e, apesar de utilizar cana-de-açúcar, não se caracteriza como indústria química, não sendo contribuinte do adicional pleiteado pelo SENAI. Enfim, pede o improvimento da Apelação.

Custas recursais recolhidas pela DESTILARIA LIBERDADE S.A. (fls. 115/116).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido F. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 178

215

Despacho saneador (fls. 138/139), oportunizando ao SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO NACIONAL a apresentação de contrarrazões, ao argumento de que ambas as partes apelaram e apenas uma delas respondera.

Nas contrarrazões recursais (fls. 148/150), o SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO NACIONAL alega que o Manual de Orientação de Preenchimento da GPS (fls. 78-v) vincula expressamente as destilarias - no caso, DESTILARIA LIBERDADE S.A. - ao SENAI, enquadrando-as como indústrias químicas. Ressalta o fato de o Decreto-lei nº 1146/70, no rol taxativo do art. 3º, dispor como contribuinte do INCRA a indústria de cana-de-açúcar e não as destilarias. No tocante à testemunha na qual teria se baseado a sentença, noticia a preclusão, pois a parte interessada deveria tê-la contraditado em momento próprio. Pugna, ao final, pela manutenção da sentença.

Compulsando os autos, verifico ter a DESTILARIA LIBERDADE S.A. apelado contra o fato de ter sido enquadrada como indústria química, contribuinte do SENAI. Ao passo que o SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO NACIONAL recorreu contra o trecho da sentença que afastou a correção monetária e a aplicação de multa do montante a ser recolhido pela primeira.

A relação objeto da lide é disciplinada pelo Decreto-lei nº 4.048/42 (fls. 64), cuja redação do art. 6º assim dispõe:

.....

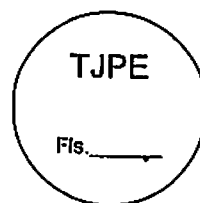
"Art. 6º - A contribuição dos estabelecimentos que tiverem mais de quinhentos operários será acrescida de vinte por cento."

.....

Qgm



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



216

Pela Notificação de Débito nº 761 (fls. 10/11),
ensejadora do presente recurso, observo ultrapassar a DESTILARIA
LIBERDADE S.A., em 27/06/91, o limite de quinhentos empregados
necessários ao adicional na contribuição ao SENAI.

O art. 2º, do Decreto-lei nº 6.246/44 (fls. 65),
estabelece quem são os contribuintes do SENAI:

.....

"Art. 2º - São estabelecimentos contribuintes do Serviço
Nacional de Aprendizagem Industrial: a) as empresas
industriais, as de transportes, as de comunicações e as de
pesca."

.....

Do manual de preenchimento da GRPS - Guia de Recolhimento
da Previdência Social (fls. 73/81), depreende-se que a DESTILARIA
LIBERDADE S.A., sendo uma destilaria (fabricante de álcool
carburante), enquadra-se como indústria química (código 507), e não
meramente como uma indústria de cana-de-açúcar (fls. 78-v),
contribuinte do INCRA, como pretende seja reconhecida.

A DESTILARIA LIBERDADE S.A. alega a impossibilidade de
imputar-se tal característica a ela, pois a sentença teria sido
fundamentada num único depoimento - feito pela fiscal que a autuou -
cuja declaração prestada sob compromisso em audiência (fls. 59) aduz:
"...que conhece a empresa ré como exploradora da fabricação de
álcool, proveniente da cana-de-açúcar; que a empresa ré não produz o
açúcar; que todas as empresas que exploram o álcool são contribuintes
do SENAI...".



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 179

217

Não vislumbro impedimento algum em admitir a prova testemunhal, mormente não tendo a parte interessada contraditado oportunamente, mesmo estando representada por seu advogado na referida audiência. Além do fato de o depoimento corresponder a um dos objetivos da empresa, disposto na ata da Assembléia Geral Extraordinária (fls. 30), qual seja: "...fabricação e comercialização do álcool anidro e hidratado pra fins carburantes e/ou industriais...", o que a torna indústria química contribuinte do SENAI, em conformidade com o supracitado manual. Mantenho o julgado nesse ponto.

Por outro lado, em seu recurso, o SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO NACIONAL pugna pela incidência de juros moratórios e de multa sobre o valor dos débitos anteriores à competência 12/91, alegando erro na interpretação dada pelo Magistrado ao item 4.3.2 da Ordem de Serviço nº 73/93 do INSS, verbis:

.....

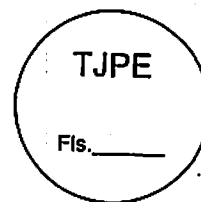
"4.3.2 - ACRÉSCIMOS LEGAIS (juros e multa) - Recolhimento espontâneo. A partir da competência 12/91, sobre o valor atualizado das contribuições em atraso incidirão: a) Juros de 1% ao mês-calendário ou fração; b) Multa de 10% (dez por cento). NOTA: Nos demais casos (débitos anteriores a competência 12/91 ou lançados pela fiscalização, parcelamentos, etc.) procurar o posto de arrecadação do INSS." (g. n.)

.....

572M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



218

A redação da nota supracitada não exclui os acréscimos legais pleiteados, apenas recomenda o encaminhamento dos interessados nos débitos anteriores à competência 12/91 a procurar o posto de arrecadação do INSS. O caso em tela abrange o período de março/1987 a abril/1991, portanto anterior a 12/91.

A sentença merece reforma no tocante à incidência de juros e multa, haja vista o atraso no pagamento. A aplicação dos encargos seria cabível ainda que não prevista na Ordem de Serviço, posto tratar-se de norma interna, inferior à lei.

Ante todo o exposto, **DOU PROVIMENTO AO APELO** do SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO NACIONAL, fazendo incidir sobre a contribuição adicional juros e multa, e **NEGO PROVIMENTO AO APELO** da DESTILARIA LIBERDADE S.A., mantendo a sentença no tocante à procedência do pedido de cobrança da contribuição adicional.

É como voto.

Recife,

10/12/89

[Assinatura]

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor